



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Área de Avaliação: FARMÁCIA
Coordenadora de Área: DULCINEIA SAES PARRA ABDALLA
Coordenadora-Adjunta de Área: SUELY LINS GALDINO
Modalidade: Acadêmica

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

A área de Farmácia caracteriza-se pela produção de conhecimento científico e tecnológico, interligando os saberes da pesquisa básica e aplicada, nas várias interfaces que constituem mais amplamente o que atualmente se denomina de Ciências Farmacêuticas. As diferentes disciplinas que compõem esta área permitem o desenvolvimento de práticas no setor da Saúde, relacionadas ao desenvolvimento e controle de fármacos e medicamentos, às ações da assistência farmacêutica, assim como, no âmbito das análises clínicas e toxicológicas. Neste contexto, a área de Farmácia está inserida nas prioridades estratégicas da Política Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACTI) e da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e sua natural extensão Política do Desenvolvimento Produtivo (PDP).

A área de Farmácia demonstrou uma importante expansão na última década, tanto no que se refere ao número de Programas de Pós-Graduação, com impacto na formação de recursos humanos, bem como na produção científica e tecnológica. Atualmente, a área conta com 34 programas e 52 cursos, com oferecimento de 30 cursos de mestrado e 19 de doutorado acadêmico, sendo um Doutorado em Associação, além de três mestrados profissionais. A distribuição regional destes Programas segue a seguinte ordem: 15 no Sudeste (44%), 8 no Sul (24%), 7 no Nordeste (20%), 2 no Centro-Oeste (6%) e 2 no Norte (6%). Quanto ao conceito dos Programas, a distribuição atual apresenta 15 (44%) programas conceito 3; 11 (32%) programas conceito 4; 4 (12%) programas conceito 5 e 4 (12%) programas conceito 6. Essa evolução teve um impacto bastante positivo sobre a formação de recursos humanos, mas ainda está aquém das necessidades do país, tanto para a academia como para os mercados não acadêmicos, nos âmbitos considerados prioritários para o desenvolvimento sustentável relacionados ao setor de fármacos, medicamentos, produtos diagnósticos e outros insumos estratégicos para a saúde.

A produção científica qualificada da área apresentou crescimento médio anual de 18%, no triênio 2004-2006. No universo dos periódicos indexados, a produção intelectual da Farmácia ocupa a 6ª posição, quando se considera a mediana do fator de impacto ISI (j), e a 7ª posição considerando-se a mediana do fator de impacto SCImago/Elsevier (h), dentre as 47 áreas da CAPES. Esses indicadores demonstram, de um lado, que a pós-graduação em Ciências Farmacêuticas cresce de forma bem sucedida, com competência, credibilidade e comprometimento, com forte inserção no contexto nacional de ciência e tecnologia, e de outro, a necessidade de formulação de políticas a longo prazo de planejamento e atenção constantes, norteadas pelas políticas brasileiras acima mencionadas.

A Coordenação de Área da Farmácia na CAPES está atuando na indução de ações relacionadas à expansão dos programas de pós-graduação e atividades integradas de pesquisa nas áreas



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

estratégicas do PACTI, PNCTIS e PITCE/PDP. Neste sentido, tem sido estimulada a apresentação de propostas de novos programas nas regiões norte e centro-oeste, assim como programas em rede para a formação de recursos humanos qualificados para atender as demandas estratégicas do País relacionadas à Área. Ressalta-se neste contexto a criação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Inovação Farmacêutica (INCT_if) e a estruturação da Associação Brasileira de Ciências Farmacêuticas (ABCF).

As prioridades para o desenvolvimento da pós-graduação em Farmácia deverão seguir as seguintes vertentes:

- a) criação de novos Programas de Pós-Graduação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além da ampliação da solidariedade intra- e inter-regional dos Programas existentes para diminuir as assimetrias e contribuir com o desenvolvimento regional;
- b) implantação de Programas em Rede para formação de recursos humanos em temas estratégicos, como a nanotecnologia e assistência farmacêutica, dentre outros, visando a superação das limitações e a soberania nacional na área de fármacos, medicamentos, insumos e serviços para a Saúde;
- c) expansão da cooperação com países desenvolvidos visando o compartilhamento de experiências e o aperfeiçoamento das competências técnico-científicas.
- d) implantação da cooperação solidária com países da América Latina, Caribe e África, visando o compartilhamento das experiências técnico-científicas na área de Farmácia.

II. Considerações gerais sobre a Ficha de Avaliação para o Triênio 2007-2009

A avaliação dos cursos acadêmicos será feita com base nos cinco quesitos padronizados para a avaliação de todas as áreas do conhecimento. Dentro da flexibilização admitida pelo CTC, os pesos atribuídos a cada quesito procuram refletir o estágio atual da evolução da Área.

A **proposta do programa** é fundamental para a qualificação do mesmo, devendo evidenciar com clareza a pertinência do curso à área de Farmácia. Dadas as características intrinsecamente multidisciplinares desta área, existem inúmeras possibilidades de organização dos programas. Entretanto, a Comissão de Avaliação levará em conta se as propostas estão ou não ajustadas ao objeto de conhecimento da área, assim como os aspectos de infra-estrutura necessários ao desenvolvimento do programa.

O quesito **corpo docente** é fundamental ao bom desempenho do Programa, mas recebeu, na área, ponderação menor do que outros quesitos, considerando-se que este é um quesito com pequena capacidade de discriminação entre os programas, tendo em vista a organização e estruturação já alcançadas pela maioria dos programas.

Os quesitos **corpo discente e produção intelectual** constituem o núcleo da avaliação porque representam os resultados do programa em termos de novos pesquisadores formados e titulados e da produção intelectual dos mesmos associados à produção docente.

Finalmente, o quesito **inserção social** será avaliado no contexto do impacto regional/nacional do



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

programa, das atividades de solidariedade com outros Programas e visibilidade no contexto nacional.

III. Considerações gerais sobre o Qualis Periódicos, Qualis Artístico e Classificação de livros (quando couber) e os critérios da Área para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação.

QUALIS PERIÓDICOS

Definição de Periódico:

Serão considerados periódicos as publicações seriadas, dotadas de ISSN, arbitradas, com corpo editorial reconhecido, avaliação dos artigos por pares, circulação regular e indexação em pelo menos uma base de dados.

Os seguintes critérios devem ser considerados para a classificação dos periódicos:

1. O critério central para a estratificação dos periódicos é o da sua indexação nas bases de dados *Institute for Scientific Information (ISI) Web of Science (Thomson Institute)* e *Scopus (SCImago Research Group, Elsevier B.V.)*.
2. O segundo critério é estratificar os periódicos considerando-se inicialmente os fatores de impacto do ISI (j) dos mesmos para a estratificação nos níveis A1, A2, B1 e B2.
3. O terceiro critério é considerar os periódicos não indexados no ISI e indexados no *SCImago/Elsevier* com os respectivos fatores de impacto (h), ou na duas bases, para a estratificação dos periódicos no nível B3 (h ou j) e B4 (apenas h).
4. O estrato B5 será preenchido com os periódicos indexados no Scielo, Medline, LILACS ou *International Pharmaceutical Abstracts* e não indexadas no *Institute for Scientific Information (ISI) Web of Science (Thomson Institute)* ou *Scopus (SCImago Research Group, Elsevier B.V.)*.
5. No estrato C serão agrupados os periódicos não indexados nas bases de dados consideradas pela área.

A mediana (J) do fator de impacto da área (base ISI), no triênio 2004-2006, foi igual a 2,01. Para os periódicos classificados nos estratos A1, A2, B1 e B2 não houve boa correlação entre os fatores de impacto j e h, o que determinou a opção pelo fator j devido à melhor compatibilização com a qualidade dos periódicos da área. A

Considerando-se os fatores de impacto do ISI (j) ou do SCImago (h) e os pontos de corte



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

assumidos frente às determinações do CTC-ES (estratos A1+A2 = 26% da distribuição dos periódicos), a estratificação dos periódicos resultante é indicada na Tabela 1.

Tabela 1: Critérios de estratificação de acordo com os fatores de impacto j ou h

Estratos	Fator de impacto (j ou h)
A1	$j \geq 3,0$
A2	$3,0 > j \geq 2,3$
B1	$2,3 > j \geq 1,6$
B2	$1,6 > j \geq 0,8$
B3	$j < 0,8$ ou $h = 5$
B4	$h < 5$
B5	Indexados no SciELO, Medline, International Pharmaceutical Abstracts, LILACS e não indexados no <i>Institute for Scientific Information (ISI) Web of Science (Thomson Institute)</i> ou <i>Scopus (SCImago Research Group, Elsevier B.V.)</i>
C	Não indexadas nas bases de dados indicadas no estrato B5

Ponderação

Os pesos atribuídos para cada um dos estratos são os seguintes:

- Estrato A1 peso 100
- Estrato A2 peso 85
- Estrato B1 peso 70
- Estrato B2 peso 50
- Estrato B3 peso 30
- Estrato B4 peso 15
- Estrato B5 peso 5

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

A avaliação de livros e capítulos de livros será realizada de acordo com o Roteiro de Classificação de Livros, aprovado pelo CTC-ES em agosto de 2009.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS

1. Definição de Livro:

Compreende-se por livro um produto impresso ou eletrônico que possua ISBN ou ISSN (para obras seriadas) contendo no mínimo 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial.

2. Critérios de seleção para qualificação de Livros:

A avaliação de livros será aplicada exclusivamente para classificação da produção intelectual que resulte de investigação nas suas diferentes modalidades. Para efeito desse roteiro deverão ser consideradas: obras integrais, coletâneas, dicionários ou enciclopédias, anais (texto completo) desde que seu conteúdo traduza a natureza científica da produção.

3. Instrumento de Avaliação

Parte I: Dados de Identificação da Obra

Os dados de identificação da obra deverão ser preenchidos para todos os produtos classificados como livro e elegíveis para qualificação. A identificação da obra deverá conter, ao menos, os dados que constam da ficha catalográfica, incluindo os códigos decimais digitais universais para permitir a classificação por área temática.

Parte II: Avaliação pela Comissão de classificação de Livros

A avaliação dos livros deve ser preenchida tendo em mãos o exemplar do produto a ser qualificado para que o exame, pela Comissão, de suas características formais e de conteúdo possam permitir o correto preenchimento do instrumento.

Dados mínimos:

Compreendem esses requisitos obrigatoriamente o ISBN ou ISSN, dados equivalentes ao da ficha catalográfica, número mínimo de 50 páginas e autoria por docente e/ou discente de programa de pós-graduação.

Aspectos formais:

Compreende características de autoria, editoria bem como informações adicionais sobre fontes de financiamento, reedição, prêmios, dentre outras. As informações adicionais correspondem a aspectos que podem valorizar a obra.

Tipo e natureza do texto:

Considerada a natureza científica, esse requisito prevê seu detalhamento bem como o tipo de obra avaliada (obra integral, coletânea, tratado, dicionário, enciclopédia etc.).



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Parte III: Avaliação do conteúdo da obra

A avaliação de conteúdo será baseada em três quesitos: relevância temática, caráter inovador da contribuição e potencial de impacto. São sugeridos para avaliar os requisitos relevância, inovação e potencialidade de impacto, os seguintes pontos:

Relevância:

Contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico da área de Ciências Farmacêuticas; contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes; atualidade da temática; clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados; rigor científico (estrutura teórica); precisão de conceitos, terminologia e informações; senso crítico no exame do material estudado; bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento; qualidade das ilustrações, linguagem e estilo.

Inovação:

Originalidade na formulação do problema de investigação; caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados; contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas.

Potencialidade do Impacto:

Circulação e distribuição prevista; idioma da publicação; re-impressão ou re-edição; possíveis usos no âmbito acadêmico e fora dele.

4. Classificação nos estratos

A classificação dos Livros nos níveis L1 a L4 será estabelecida pela pontuação atribuída aos aspectos formais, tipo e natureza da obra e avaliação do conteúdo. O estrato LNC, sem pontuação, incluirá as obras consideradas não classificáveis. Os estratos superiores da classificação, L3 e L4, incluirão as obras de maior relevância no desenvolvimento científico da área e na formação de mestres e doutores. Os capítulos serão considerados tendo como unidade de referência o livro no qual foram publicados. A soma de capítulos na mesma coletânea não pode ultrapassar a pontuação de uma obra integral para fins de avaliação da produção do programa. Assim, um mesmo autor poderá pontuar no máximo dois capítulos incluídos na mesma obra.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

IV. Ficha de Avaliação para o Triênio 2007-2009		
Quesitos / Itens	Peso *	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	Avaliar se a(s) área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa e a proposta curricular indicam coerência entre si e são consistentes com a proposta do programa. Devem ser considerados: 1) número, abrangência, pertinência, ementas, conteúdos e profundidade das disciplinas; 2) número e adequação de projetos em relação às linhas de pesquisa e área(s) de concentração e sua vinculação com a proposta.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos de melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	20%	Avaliar se há adequação da proposta às necessidades regionais, nacionais e internacionais, tanto em relação à formação de mestres e doutores quanto à produção de conhecimento. A proposta deve indicar as formas e os meios que o programa pretende adotar para enfrentar os desafios da área e atingir seus objetivos atuais e futuros.
1.3. Infra-estrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	30%	Avaliar se a instituição dispõe da infra-estrutura física indispensável, em especial biblioteca, recursos de informática e ambientes de investigação (laboratórios de pesquisa).
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e	15%	· Verificar se o corpo docente é composto por doutores com formação ou atuação na área;

* Peso do Quesito na nota final e peso do Item dentro do Quesito



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

<p>experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.</p>		<ul style="list-style-type: none">· Avaliar se as áreas de formação acadêmica dos docentes permanentes são adequadas à Proposta do Programa;· Avaliar se as áreas de formação acadêmica e a diversificação da formação do corpo docente são adequadas e não endógenas;· Avaliar o nível de experiência do corpo docente, inclusive sua projeção nacional e internacional;· Avaliar se o corpo docente tem atraído alunos para estágios pós-doutorais (quando aplicável);· Avaliar o percentual de docentes nas condições de visitantes em outras IES nacionais e internacionais, de consultores técnico-científicos de instituições públicas, privadas e órgãos de fomento, de pareceristas, corpo editorial e editor de periódicos especializados nacionais e internacionais.
<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.</p>	<p>30%</p>	<ul style="list-style-type: none">· Avaliar a atuação do corpo docente permanente nas atividades de ensino, de pesquisa, de orientação, de publicação e de formação de mestres e doutores;· Avaliar o tamanho (mínimo de 10 docentes permanentes) e a estabilidade do corpo docente permanente, considerando o impacto gerado nas atividades de ensino, de pesquisa e de orientação em função das possíveis reduções, incorporações e substituições de docentes;· Avaliar a adequação do percentual (60%) de docentes



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		permanentes em tempo integral e com vínculo institucional; · Avaliar se a dinâmica do Programa revela dependência da atuação de docentes visitantes e colaboradores; a parcela majoritária das atividades de ensino, pesquisa e orientações deve estar a cargo dos docentes permanentes.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	30%	Avaliar se todos ou a maioria dos docentes participam das atividades de ensino, orientação e pesquisa de forma equilibrada.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.	10%	Avaliar o envolvimento dos docentes em disciplinas e orientação de estudantes de graduação, sendo altamente valorizada a inserção de alunos em projetos de iniciação científica. Nas instituições sem ensino de graduação, serão consideradas as atividades equivalentes desenvolvidas nos cursos de especialização.
2.5. Proporção do corpo docente com importante captação de recursos para pesquisa (Agências de Fomento, Bolsa de Produtividade, Financiamentos Nacionais e Internacionais, Convênios, etc)	15%	Avaliar a capacidade dos docentes de captar financiamentos para realização de pesquisa (por agências de fomento nacionais e internacionais) e de obter bolsa de produtividade em pesquisa.
3 – Corpo Docente, Teses e Dissertações	30%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo docente.	20%	· Avaliar a proporção de teses e dissertações concluídas em relação ao corpo docente permanente (adequar os critérios quantitativos em relação aos novos docentes permanentes – aqueles que atuam há menos de três anos no programa); · Avaliar a proporção de titulações em relação à



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		dimensão do corpo discente .
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	20%	<ul style="list-style-type: none">· Avaliar a proporção entre o número de orientandos e o número de orientadores, bem como a distribuição equitativa.· <i>Observações:</i> <i>O número de orientandos deve ser compatível com a experiência, produção intelectual e disponibilidade do orientador.</i>
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	50%	<ul style="list-style-type: none">· Avaliar a proporção de discentes e egressos autores (titulados nos últimos 3 anos) com publicações em relação à dimensão do corpo discente;· Avaliar a produção do corpo discente em eventos científicos: trabalhos apresentados, resumos em anais, etc;· Qualificar a produção discente com base no Qualis da área.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	<ul style="list-style-type: none">· Avaliar o tempo médio de titulação de bolsistas em nível de mestrado (24 meses) e doutorado (48 meses);· Avaliar a existência de bolsas de doutorado sanduíche;.· Avaliar o fluxo de entrada e saída dos alunos no Programa.
4 – Produção Intelectual	40%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40%	Para quantificar a produção do programa cada produto será contabilizado apenas uma vez, ou seja, os produtos construídos em co-autoria por mais de um docente do Programa são contabilizados apenas uma vez. Esta produção poderá ser considerada em cada um dos Programas que o docente participe. Os critérios de qualificação serão baseados na ponderação obtida e em pontos de corte a serem estabelecidos



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		por ocasião da avaliação trienal, tendo em vista os novos estratos do Qualis de Periódicos da Área e no Roteiro para Classificação de Livros.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	40%	Para a análise da distribuição da produção, será contabilizada a produção, de cada docente permanente, sem descontar os artigos ou outros produtos em co-autoria com outros docentes do programa. Estes produtos podem ser contabilizados na forma de artigos em periódicos, livros e capítulos de livros. Pelo menos 80% dos docentes devem alcançar determinado patamar de pontuação compatível com o perfil de nota do Programa avaliado. Os critérios de qualificação serão baseados na ponderação obtida e em pontos de corte a serem estabelecidos por ocasião da Avaliação Trienal .
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	20%	Neste item serão consideradas as produções técnicas do corpo docente permanente incluindo depósitos e licenciamentos de patentes e produtos, processos e protótipos. Elaboração de documentos para agências internacionais, instituições nacionais, estaduais e municipais relacionadas com a área farmacêutica, desde que tenham sido publicadas em meio impresso ou eletrônico. .Participação dos docentes em comissões e comitês técnicos relacionados com a política de saúde e de desenvolvimento científico e tecnológico. .Participação de docentes na



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		<p>editoria de periódicos científicos da área.</p> <p>.Elaboração de normas, protocolos e programas da área das ciências farmacêuticas.</p> <p>.Consultorias e assessorias no âmbito da política de saúde e de desenvolvimento científico e tecnológico.</p>
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e/ou nacional do programa.	30%	<p>a) impacto educacional: contribuição para a melhoria do ensino fundamental, médio, graduação, técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino; geração pelo programa de materiais didáticos para a graduação bem como para o ensino fundamental e médio.</p> <p>b) impacto social – formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento;</p> <p>c) impacto cultural – formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural da sociedade, formulando políticas e ampliando o acesso ao conhecimento nesse campo;</p> <p>d) impacto tecnológico e/ou econômico – contribuição para o desenvolvimento micro-regional, regional e/ou nacional destacando os avanços</p>



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		produtivos gerados; disseminação de técnicas e conhecimentos.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	55%	Participação em programas institucionais de cooperação, das agências de fomento à pesquisa e da própria CAPES, tais como Minter, Dinter, Associação entre IES, Casadinho, projetos temáticos do CNPq, FAPs ou FINEP. .Estratégias que favoreçam a mobilidade de docentes e discentes entre programas de diferentes IES ou Institutos de pesquisa. .Número efetivo de docentes e discentes do programa analisado com atividades em outros programas. .Número efetivo de discentes e docentes de outros programas com atividades no programa analisado. .Participação de docentes do programa em redes de pesquisa interinstitucionais. . Publicações conjuntas de docentes do programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa. . Parceria entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a área. . Intercâmbio docente visando atividades de pesquisa (produção ou divulgação), docência ou orientação
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	15%	Manutenção de página Web para a divulgação, de forma atualizada, de seus dados



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		internos, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, etc. Garantia de amplo acesso a Teses e Dissertações, pela Web, conforme a Portaria Capes 13/2006, que torna obrigatória essa providência.
--	--	--

V. Considerações e definições sobre atribuição de notas 6 e 7 – inserção internacional

As notas "6" e "7" são reservadas para os programas classificados como nota "5" na primeira etapa de realização da avaliação trienal, e atendam necessária e obrigatoriamente duas condições: i) apresentem desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área, ii) tenham um nível de desempenho altamente diferenciado em relação aos demais programas da área.

1. Internacionalização do Programa: os Programas devem demonstrar seu grau de internacionalização através dos seguintes indicadores:

- Proporção de docentes participando como visitantes em programas de IES estrangeiras.
- Proporção de docentes com treinamento de pós-doutorado em programas de IES estrangeiras.
- Professores visitantes estrangeiros recebidos pelo programa no triênio.
- Intercâmbio de alunos com IES estrangeiras, sobretudo através de bolsas-sanduíche.
- Alunos de origem estrangeira.
- Participação de docentes em eventos científicos de caráter internacional.
- Financiamento internacional para as atividades de pós-graduação.
- Participação em comitês editoriais e em editoria de periódicos de circulação internacional.
- Participação em diretorias de associações científicas internacionais.
- Captação de recursos de agências de fomento científico de âmbito internacional.
- Participação em projetos de pesquisa envolvendo programa de pós-graduação e grupos de pesquisa de instituições estrangeiras.

2. Solidariedade: os Programas devem demonstrar sua cooperação com Programas com nota 3 ou 4 (sem doutorado) ou com grupos que ainda não tem curso de pós-graduação *stricto sensu*

- Minter, Dinter, Casadinho, Procad ou associação com IES para promover a criação e/ou consolidação de cursos de pós-graduação.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

- Assessoria para a formulação de propostas de cursos novos.
 - Participação em projetos conjuntos com grupos de pesquisa não consolidados.
 - Participação em disciplinas, seminários e oficinas em cursos com nota 3 ou 4 (sem doutorado).
 - Parceria de docência, pesquisa e orientação em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação.
 - Cursos em associação ampla de IES.
3. Nucleação: os programas devem demonstrar a participação de egressos em:
- Atividades de ensino de graduação em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação.
 - Atividades de ensino de pós-graduação em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação.
 - Atividades de pesquisa em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação.
4. Liderança: os programas devem demonstrar sua liderança na área:
- Atração de alunos de diferentes regiões do país e de outros países.
 - Recepção de pesquisadores para pós-doutorado.
 - Proporção de docentes participando de comitês de área no CNPq, CAPES, FINEP, MS ou de agências de fomento internacionais.
 - Premiações, nacionais ou internacionais, recebidas pelos docentes que tenham relação com as atividades de pesquisa e orientação e por discentes.
 - Proporção de docentes participando de diretorias de associações científicas nacionais e internacionais.
 - Participação de docentes em cargos relevantes para a política nacional de saúde, educação ou ciência e tecnologia.